



INFORMAÇÃO N.º 02/2012 - ACTIVIDADE MUNICIPAL e SITUAÇÃO FINANCEIRA

Nos termos da alínea e), do ponto 1, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Assembleia Municipal “*apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação da Presidente da Câmara acerca da actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo (...)*”.

Assim, e tal como foi feito em Junho passado, damos cumprimento a este preceito legal, descrevendo, ainda que de forma sucinta, aquilo que de mais relevante se fez na Câmara Municipal de Alfândega da Fé, desde a última sessão ordinária da Assembleia Municipal, e que abrange o período de 29 de fevereiro a 25 de abril de 2012.

Cultura e Turismo:

Exposição “Olhar de uma Lente” de Sandra Rocha - é a primeira vez que Sandra Rocha expõe o seu trabalho, embora as imagens tenham começado por circular na internet através de um blog criado por si. Fotógrafa amadora, a paixão pela fotografia descobriu-a à medida que foi captando momentos e instantes com a sua máquina. Esta exposição esteve patente na Galeria Manuel Cunha de 07 de Março a 1 de Abril e contou com 567 visitantes.

No âmbito do projecto Jardins ao Natural, em Alfândega da Fé decorreu sob a orientação do Prof. António Crespi, da UTAD, a **Recolha de Plantas Silvestres, aromáticas e medicinais** existentes na flora local. O projecto Jardins ao Natural surge numa altura em que se torna urgente em rentabilizar recursos, reduzindo a manutenção e o consumo de água, promovendo, assim, a sustentabilidade dos espaços públicos e a promoção uma cultura de responsabilidade ambiental. Actividade realizada dia 17 de Março 2012 e que contou com cerca de 30 participantes.

Colheita de Sangue - sangue efectuada no dia 24 de Março, na Galeria Manuel Cunha, que teve 85 inscritos e foram colhidos 66 amostras.

Passeio Pedestre Trilho do Sabor - realizado no passado dia 31 de Março, contou com mais de 45 pedestrianistas não só do concelho como de concelhos vizinhos.

No âmbito do **Mercadinho da Flor da Amêndoa**, decorreram diversas actividades, como as actuações dos Grupo de Cantares de Sambade (4 de Março), Grupo de Cantares de Gebelim (18 Março), Grupo de Cantares de Alfândega e Orquestra Juvenil (1 de abril).

A 10 de Março, foi possível assistir à peça “Esganarelo, o cornudo imaginário”, pela companhia Filandorra . No dia 24 de Março, a animação ficou a cargo do grupo da Escola Municipal de Teatro. Pelo meio, tivemos ainda o Passeio BTT da Flor Amêndoa (3 de Março) e a 1º Corrida de Carrinhos de Rolamentos (25 de Março), que teve cerca de 30 participantes, de Alfândega da Fé e de várias outras localidades, designadamente Bragança, Sabrosa ou Alijó.

No dia 24 de Março a animação ficou a cargo da Escola Municipal de Teatro, que contou com a participação de 32 pessoas. Animação que fez alusão à época medieval e retratando um casamento da mesma.

“Para um Altar” de Mestre José Rodrigues - esta exposição, de elevada qualidade, compreende 10 retábulos em bronze, 14 retábulos em terracota e 3 Cristos em bronze. Com inspiração bíblica, já conhecida no percurso do autor,



através da qual se faz a representação sagrada com um acentuado centramento no homem e nas suas (e nossas) marcas de identidade civilizacional, nas suas virtudes, angústias e tragédias.

Inaugurada no dia 4 de Abril, esta exposição estará patente na Galeria Manuel Cunha, na CCA, até 31 de Maio.

Divisão Financeira (DF):

No que concerne ao Plano de Saneamento Financeiro, a Divisão Financeira faz o regular acompanhamento e controlo da execução orçamental e patrimonial, com o sentido de cumprir o estabelecido no referido plano.

Através do SIAL – Sistema de Informação Integrado das Autarquias Locais (Portal Autárquico), a autarquia no âmbito dos deveres de informação, através da Divisão Financeira prestou toda a informação à Direcção Geral das Autarquias Locais - DGAL, nomeadamente as Contas Trimestrais; o Endividamento Municipal; Despesas com Pessoal; Pessoal ao Serviço; Fundo Social Municipal; Balancetes; Contas de Ordem; Execução do PPI; Fluxos de Caixa; Contribuição SM, AM, e SEL para o endividamento municipal; Controlo Orçamental da Receita e da Despesa; Empréstimos; Factorings; Leasings; reporte dos pagamentos em atraso; bem como toda a informação solicitada, esta informação é remetida através de ficheiro constante da aplicação informática, sendo à posterior, validada e aprovada pela referida entidade.

Apoio, esclarecimentos e envio de toda a informação necessária e solicitada pelo Revisor Oficial de Conta, para apresentar o documento de Certificação Legal de Contas do ano económico de 2010, bem como o Relatório Anual de Auditoria Externa, emitido nos termos do n.º3 do art.º 48.º da Lei n.º2/2007, de 15 de Janeiro e subsidiariamente pelo n.º 2 do art.º 451.º do Código das Sociedades Comerciais e da alínea a), do art.º 52.º do Decreto-lei n.º 487/99, de 16 de Novembro, aditado pelo Decreto-lei n.º224/2008, de 20 de Novembro.

No âmbito da Prestação de Contas, a Divisão Financeira, desenvolveu os trabalhos necessários para apresentação do Relatório de Gestão e Contas do ano de 2011, presente na RC realizada no dia 17 de Abril, para aprovação do órgão executivo e submetido para apreciação do órgão deliberativo na presente Sessão de Assembleia Municipal, nos termos da al. d) do n.º2 do art.º 34.º da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Divisão de Desenvolvimento Social (DDS):

O Instituto da Solidariedade e Segurança Social publicou na sua newsletter, com divulgação nacional, os nossos projectos direccionados para os idosos como exemplo de boas práticas. Pode ser consultado em www.seg-social.pt/redesocial - sitio da newsletter Rede em Prática nº 5 de Março.

O nosso objectivo é dar poder aos idosos no sentido de ser eles os principais intervenientes nos processos de melhoria da sua condição de vida. Queremos que sejam eles a dizer-nos o que está menos bem, o que pode ser melhorado. Na prática já foram ouvidos com a realização de Focus Group, 41 seniores integrados em 4 grupos. Foram abordados os seguintes itens: espaços exteriores e edifícios; transportes; habitação; participação social; respeito e inclusão social; participação cívica e emprego; comunicação e informação; apoio comunitário e serviços de saúde. Os resultados foram os seguintes:

Aspectos Negativos: Avaliação dos Transportes - Avaliações das mais baixas em todos os indicadores. De facto o problema de transportes é um problema grave em todo o interior e têm de ser encontradas soluções que evitem o isolamento dos nossos idosos. Os transportes públicos são escassos e existem algumas aldeias que não têm



transportes públicos tendo muitas vezes os idosos de usarem os táxis que são caros tendo em conta os rendimentos dos pensionistas.

Aspectos Positivos: Avaliações da Habitação – Avaliação satisfatória, a maioria dos nossos idosos têm habitação própria em condições razoáveis. A Câmara tem um programa de apoio para pequenas melhorias na habitação das famílias carenciadas incluindo idosos carenciados, tendo durante o ano de 2011 apoiado 8 idosos.

Agora queremos formalizar a sua participação com a criação do Conselho Municipal Sénior, cuja proposta é levada à discussão pública para depois de ouvidos todos os interessados ser presente à Assembleia Municipal para aprovação.

Ainda na linha de dar poder à população mais idosa, em início de Fevereiro aplicamos um Questionário sobre as questões referentes à saúde e as suas implicações financeiras. O maior problema identificado pelos 24 seniores que responderam ao questionário tem a ver com a dificuldade em adquirirem transporte para se deslocarem às consultas e tratamentos. Com os cortes no apoio ao transporte em ambulâncias os idosos, com baixas pensões (na ordem dos 250€ / 300€), vêm-se impossibilitados de pagarem os transporte, levando a que falem aos tratamentos e consultas. Este resultado foi apresentado ao Ministério da Saúde.

No passado dia 1 de Março foi aprovado, pelo Conselho Local de Acção Social da Rede Social, a actualização do Diagnostico Social que consta no site do Municipio em www.cm-alfandegadafe.pt. Em resultado desta radiografia do Concelho foi também aprovado o Plano de Acção que inclui os seguintes objectivos a promover pelo município em colaboração com os parceiros da rede social: Caracterizar, em todas as freguesias, os idosos em situação de isolamento; Combate a solidão e isolamento de todas as situações identificadas; Promover um envelhecimento activo através da realização de pelo menos 12 actividades anuais de recreio e lazer; Dinamizar um voluntariado de proximidade junto da população sénior do concelho; Garantir a continuidade de cuidados de Saúde e apoio social ao dependente/família/cuidador no seu domicílio, através de ações de âmbito curativo, de reabilitação e preventivo; desenvolver iniciativas de parceria para melhorar as respostas locais de apoio a vítimas de violência doméstica; Aprofundar a promoção do diálogo intercultural e a integração da população imigrante residente no concelho; Identificação e acompanhamento social de famílias em situação de sobreendividamento.

Os Jovens de Outora apoiados pelo projecto INOVE Alfândega, continuam a dinamizar um conjunto de actividades de animação para os munícipes mais velhos. Durante o mês de Março os mais velhos foram ao Agrupamento de escolas para participar num encontro geracional integrado na semana da leitura. No dia 21 de Março os jovens e idosos representaram mais uma vez, mas agora para o publico escolar, o Recital de poesia “Fogo que Arde.... Sem se Ver”, como forma de sensibilizar e prevenir a violência doméstica e no namoro junto dos mais jovens.

Durante o mês de Abril os nossos idosos vão ter a oportunidade de conviver entre freguesias com a realização de um convívio pé de dança no dia 17 em Vilares da Vilarça. No dia 22 vão passear até Miranda do Douro e no dia 29 vão comemorar o dia mundial da dança.

Aprender e conviver é o lema da Universidade Sénior que o Projecto INOVE em parceria com a Câmara Municipal inaugurou no passado dia 13 de Abril. A Universidade Sénior tem como objectivos: A melhoria da qualidade de vida dos seniores; A realização de actividades sociais, culturais, de ensino, de formação, de desenvolvimento social e pessoal, de solidariedade social, de convívio e de lazer, preferencialmente para maiores de 50 anos; A participação cívica e a auto-organização dos seniores, principalmente após a reforma; A educação para a cidadania, para a saúde, para a tolerância, para o voluntariado e para a formação ao longo da vida; Colaborar na investigação académica e científica na área da gerontologia e da andrologia; A divulgação dos serviços, deveres e direitos dos seniores; A fomentação do voluntariado, na e para a comunidade.



Integrado na nossa adesão ao Projecto “Re(Equilibrar)” da Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança, realizou-se no dia 29 de Março um Seminário intitulado “ O enquadramento Legal na Problemática da Violência Doméstica”. Participaram neste seminário, para além dos técnicos das instituições locais, técnicos de outros municípios, num total de 37.

Inserido no programa Rampa “Regime de Apoio aos Municípios para a Acessibilidade” - “Alfândega Inclusiva”, foram promovidas acções de formação sobre Acessibilidades direccionadas para as Instituições de Solidariedade, Escolas, Centro de Saúde, Associações locais, Técnicos da Autarquia e para o pessoas ligas ao comercio e turismo.

DIVISÃO de URBANISMO (DU):

[Atividades / Resultados dos Indicadores / Monitorização — 1.º Trimestre 2012]

SOTA (Setor de ordenamento do Território) + GTF (Gabinete Técnico Florestal)

Rui Martins Gonçalves (**ruig**) + António Constâncio (**antonio**) + Carina Teixeira (**carinat**) + Filipa Pimenta Guerra (**filipa**)

> Principais ACTIVIDADES e Destaques:

- > Entrada em Vigor da Alteração do PDM, aprovada pela Assembleia Municipal em 20/02/2012 (a partir de 10/04/2012)
- > “Revisão do PDM de Alfândega da Fé” (apoio ao processo)
- > “Carta Uso do Solo Municipal” + “Carta Perigosidade de Incêndio Florestal” (planeamento)
- > “Regantes do AH.AF” (levantamento)
- > “Resíduos Sólidos” (coordenação e fiscalização)
- > “Limpeza Urbana” (coordenação e fiscalização)
- > “Jardins ao Natural” (coordenação)
- > “Hortas Biológicas” (coordenação)

SL (Seção de Licenciamento):

Rui Martins Gonçalves (**ruig**) + Eusébio Cordeiro (**eusebioc**) + Ana Coutinho (**anac**) + Bruno Pousada (**brunop**) + Rui Herdeiro (**ruih**)

> Principais ACTIVIDADES e Destaques:

- > Alteração nos recursos humanos, passando o Rui Herdeiro a efetuar o Atendimento (front-office) todas as manhãs.
- > Implementação da Ficha de Controlo de Prazos do RJUE.
- > Produção de “Impressos para Requerimentos” (para aplicação OBP - Seção de Licenciamento)

> Indicador: “Quantidade de Requerimentos registados”

> Número de pedidos com entrada na plataforma informática, por tipo ou Setor da DU — VER lista detalhada gerada na “URB”

	Requerimentos						
	TOTAL “URB” (N.º)	SL (“URB”) - Urbanização	SL (“URB”) - Edificação	SL (“URB”) - Outros	SF (“URB”)	SOTA / GTF (“URB”)	TOTAL “ATE” (N.º) - Vários
31/03/2012 (1.º Trimestre)	69	0	22	35	9	3	?

> Indicador: “Percentagem de Pedidos tratados dentro do prazo”

> Relação entre o número total de pedidos no âmbito do RJUE e o número das respetivas decisões efetuadas no prazo legal

	Pedidos / Decisões							
	N.º (total de pedidos)	N.º (fora do prazo)	N.º (dentro do prazo)	% (dentro do prazo)	N.º (instrução pedido)	N.º (proc.s complementares)	N.º (apreciação técnica)	N.º (emissão alvarás)
31/03/2012 (1.º Trimestre)	36	14	22	61,1	10	4	12	10



> **Indicador: “Percentagem do Prazo Legal consumido para decisão dos pedidos”**

> Relação entre o número total de dias previstos no RJUE para cada tipo de pedido e o número total de dias consumidos para proferir as respetivas decisões

	Prazo de Decisão dos Pedidos														
	TOTAL de Pedidos			INSTRUÇÃO			PROC. COMPLEMENTARES			APRECIÇÃO TÉCNICA			EMISSÃO ALVARÁS		
	Prazo Cons.	Prazo Legal	% Prazo	Prazo Cons.	Prazo Legal	% Prazo	Prazo Cons.	Prazo Legal	% Prazo	Prazo Cons.	Prazo Legal	% Prazo	Prazo Cons.	Prazo Legal	% Prazo
31/03/2012 (1.º Trimestre)	636	655	97,1	295	80	368,8	85	116	73,3	231	190	121,6	25	300	8,3

> **Indicador: “Quantidade de Documentos emitidos”**

> Número de documentos emitidos oficialmente, por tipo (alvarás de obras, alvarás de utilização, certidões, declarações, etc.)

	Documentos Oficiais								
	Alvará de Loteamento	Alvará de Obras	Comunicação Prévia (admitida)	Alvará de Utilização	Informação Prévia (emitida)	Certidões	Declarações	Avisos / Editais	
31/03/2012 (1.º Trimestre)	0	3	1	6	2	13	10	3	

> **Indicador: “Receita gerada com cobrança de Taxas” ***

> Valor total da receita gerada com a cobrança de Taxas no âmbito da SL e outros serviços DU (SF e SOTA)

	Taxas		
	TOTAL (€)	SL - Vários	SF – R. Isenção
31/03/2012 (1.º Trimestre)	7.422,73 € *	7.422,73 €	0,00 €

(*) Demonstração - PDF “Diário da Receita” (CONTABILIDADE 2012)

SF (Setor de Fiscalização):

Rui Martins Gonçalves (ruig) + Ana Coutinho (anac) + Virgílio Jacinto (virgilio) + Telmo Herdeiro (telmo) + Rui Herdeiro (ruih)

> Principais ACTIVIDADES e Destaques:

- > Alteração nos recursos humanos, passando a arq. Ana Coutinho a acompanhar e apoiar a as ações da fiscalização urbanística e o Telmo Herdeiro afeto a tempo inteiro à fiscalização.
- > Implementação da Ficha de Controlo de Registos de Isenção.
- > Início da Implementação da Ficha de Gestão de Obras com Controlo Prévio.
- > Início da Implementação da Ficha de Gestão de Ações de regularização.

Divisão de Obras Municipais (DOM):

Administração Directa

Colaboração e sintonia entre Divisão de Obras Municipais e Divisão Financeira, na aquisição de bens e serviços relativos às obras por administração directa promovidas por este Município.

Acompanhamento das Obras por Administração Directa promovidas pela Autarquia e constantes no Plano de Actividades.

Apresentação de relatório semanal onde consta o trabalho desenvolvido por todos os colaboradores afectos à Divisão de Obras Municipais e afectação de pessoal externo às obras por administração directa.

- Calçamento de ruas em várias freguesias do concelho;



- Construção da Casa Mortuária na Eucísia, no âmbito do Protocolo;
- Restauro da Capela de Mártir S. Sebastião em Eucísia no âmbito do Protocolo (Continuação);
- Continuação da remodelação da envolvente às Piscinas e antigo Pavilhão da ARA –vedação e pinturas;
- Reparação de vários caminhos agrícolas nas freguesias: Castelo, Eucísia, Santa Justa, Vilares da Vilarça e Colmeais;
- Entrada Norte de Alfândega da Fé – Calcetamento de bermas;
- Intervenção e Conservação Urbanística em várias freguesias do concelho: execução de um muro em Vilarelhos e Requalificação de muros em Vilares da Vilarça;
- Alargamento do Cemitério em Cerejais com mão-de-obra do Município;

Obras por Empreitada:

Na gestão dos empreendimentos a seguir enumerados foram seguidos pela Divisão de Obras Municipais os procedimentos constantes na legislação em vigor, do Código dos Contratos Públicos, D.L nº 18 de 2008 de 29 de Janeiro.

- **Infra-estruturas para a Dinamização de Alfândega da Fé 1.ª Fase – PRU – Concurso Público –** (Consignação a 12 Setembro, prazo de execução de 9 meses, 9 autos de medição elaborados);
- **Infra-estruturas para a dinamização de Alfândega da Fé - Arranjo Urbanístico da Entrada de Alfandega da Fé - Entrada Poente** (Consignação a 12 Setembro, prazo de execução de 6 meses, 2 meses de prorrogação, 5 autos de medição elaborados);
- **Beneficiação da Estrada Municipal entre Vales e a E.N 315 - Concurso Público –** (Consignação a 04 de Janeiro de 2012, prazo de execução de 9 meses, 1 auto de medição elaborado);

Equipa Multidisciplinar da Biblioteca Municipal (EM-BM):

Sector de Biblioteca

- Apresentam-se os resultados estatísticos do serviço da BM relativamente ao 1º trimestre de 2012:

	2012 1ºTrimestre	2012 2ºTrimestre	2012 3ºTrimestre
RECEPÇÃO e ATENDIMENTO aos UTILIZADORES em GERAL (número de utilizadores):	Total: 4794		
Leitura Presencial – Sala de Leitura	1739		
Periódicos – Sala de Leitura	229		
Internet – Sala de Leitura	642		
Internet – Sala de Audiovisuais	2184		
EMPRÉSTIMO DOMICILIÁRIO (número de documentos emprestados):	84		
INSCRIÇÃO de NOVOS LEITORES:	10		
NÚMERO de REQUISIÇÕES do AUDITÓRIO da BM:	53		
NOVAS MONOGRAFIAS:			
Compras	0		
Ofertas	21		



NÚMERO de REGISTOS de MONOGRAFIAS (em base de dados):	13.483		
NÚMERO TOTAL de LEITORES (com CARTÃO de LEITOR):	720		
ACTIVIDADES DE DINAMIZAÇÃO DA BM:			
Actividades gerais de dinamização da Leitura	7		
Actividades do sector infantil	Diariamente (40 crianças)		
Actividades do sector infantil (quinzenais)	6		
Actividades do sector infantil (com o 1.º ciclo)	4		

Sector de Audiovisuais

Actividades Realizadas no âmbito da dinamização da Biblioteca Municipal:

- “Informática Sénior - TIC e os Jovens de Outrora 2012” (Formação destinada a Seniores - Segundas-feiras das 14:30 às 16:30 horas).
- “Informaticando I” - Atividade destinada a jovens do 1.º ciclo - terças-feiras (quinzenalmente) das 17:30 às 18:30 horas.
- “Magicando” – Atividade destinada a jovens entre os 10 e os 18 anos - quintas-feiras (quinzenalmente).
- “Get Online Week” (26 a 30 de Março 2012).
- “E-Skill’s” - Sessão de divulgação de mecanismos para procura ativa de emprego (3 de Abril).

Sector de Educação Infantil

Actividades quinzenais:

- 14 a 17 de Fevereiro - Oficina: Expressão plástica – o carnaval.
- 28 de Fevereiro a 2 de Março - Oficina de fantoches.
- 13 a 16 de Março - Dia Mundial do Teatro - Oficina de Expressão Dramática.

Actividades do 1º ciclo:

- Exploração da História” As Preocupações do Billy” e atelier de expressão plástica relativo à história.

Gabinete de Comunicação:

O Gabinete de Comunicação e Divulgação tem vindo a centrar a sua atividade na projeção e divulgação das diferentes iniciativas e projetos desenvolvidos pelo município.

Sendo assim e tendo como meta a concretização deste objetivo, tem continuado a cultivar uma relação de estreita proximidade e colaboração com os diferentes meios de comunicação, quer no campo da prestação de informações e esclarecimentos, quer na divulgação de iniciativas/ eventos promovidas pelo Município ou parceiros. Neste âmbito foi também produzida informação dirigida aos órgãos de comunicação social sobre diversos temas e assuntos (Press Releases) que serviram de suporte a reportagens publicadas em diferentes órgãos de comunicação social.

Ainda no campo da informação/divulgação e produção de conteúdos, destaque para a redação de documentos de índole promocional e/ou informativas é outra das funções assumidas pelo gabinete. A produção de conteúdos para o site institucional, principalmente de natureza informativa, relativos às diferentes iniciativas desenvolvidas pelo município insere-se também nas atividades desenvolvidas.



A realização do clipping de imprensa (compilação das notícias divulgadas nos órgãos de comunicação social) é efetuada não só com o objetivo de se conseguir a perceção exata das diferentes notícias divulgadas sobre o concelho ou que estejam de alguma forma relacionadas com atividade municipal, mantendo a estrutura informada sobre as diferentes temáticas relacionadas com a vida de Alfândega da Fé.

Gabinete de Formação:

No mês de Novembro deu-se início em parceria com o Centro de Formação de Bragança, à formação de Inglês – Iniciação. Esta formação está a ser realizada na Biblioteca Municipal e tem a duração de 50 horas estando neste momento a frequentar 14 funcionários deste município.

Gabinete de Proteção Civil Municipal:

- Apoio ao Gabinete Técnico Florestal, nomeadamente em pedidos de licenciamento de abate e podas de sobreiros e/ou azinheiras, bem como na comemoração do Dia Mundial da Árvore que envolveu cerca de 120 crianças na plantação de árvores cujo objectivo foi sensibilizar os mais jovens para a preservação e importância da floresta;
- Continuamos o reforço na marcação (sinalização horizontal e vertical) das estradas do Concelho, de forma a precaver a segurança rodoviária;
- Atentos ao Índice de Risco de Incêndio, foram feitos alertas aos Presidentes de Junta do Concelho para divulgação à população;
- Realização de inquérito aos utilizadores do aproveitamento hidroagrícola da barragem da Esteveíinha;
- Revisão dos processos do Sistema de Gestão da Qualidade;
- Após apresentação à Comissão Municipal de Protecção Civil, à reunião de Câmara, à Assembleia Municipal, aos Agentes de Protecção Civil e público em geral do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil do Concelho de Alfândega da Fé, elaborado conforme a estrutura tipo estabelecida na Resolução n.º 25/2008, de 18 de Julho, da Comissão Nacional de Protecção Civil, foi enviado para a Autoridade Nacional de Protecção Civil para ser submetido a apreciação e parecer;
- De 28 de Fevereiro a 2 de Março comemorou-se a 3ª Semana da Protecção Civil, onde se promoveram ateliers, acções de sensibilização e informação, um simulacro de incêndio, apresentação do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Alfândega da Fé. As actividades desenvolvidas tiveram como público-alvo a comunidade escolar, mas pretenderam também envolver e sensibilizar a população em geral. O objectivo da Semana da Protecção Civil foi promover o contacto entre as entidades de protecção civil e a comunidade escolar e população em geral; transmitir informação sobre medidas preventivas de forma a minimizar os riscos, prevenindo catástrofes, acidentes e pandemias; sensibilizar a população para a participação activa de cada cidadão na protecção civil e na interiorização dos Princípios da Protecção Civil.
- Junto dos produtores de castanha aderentes ao projecto de acompanhamento técnico pela Cooperativa Soutos os Cavaleiros, procedeu-se à recolha de amostras de solo e posterior aconselhamento técnico de forma a que se possa conduzir ao melhoramento e protecção da cultura do castanheiro.



Reuniões de Câmara:

No período a que reporta esta informação, realizaram-se 5 reuniões de Câmara cujas atas após aprovação estão disponíveis no site da Câmara Municipal em www.cm-alfandegadafe.pt.

Passamos agora, a descrever a situação financeira da autarquia em diversos aspectos importantes e fundamentais para uma boa gestão dos recursos financeiros do município:

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL:

Execução da Receita a 31 de março:

RECEITAS	Previsão Anual	Liquidada	Recebida	Tx real
Correntes	6.371.523,19	1.615.557,46	1.060.253,30	16,64
Capital	5.885.089,06	919.205,26	905.882,95	15,39
Outras	12.068,61	774,56		
	12.268.680,86	2.535.537,28	1.966.136,25	16,03

Podemos verificar que o orçamento da receita apresenta um grau de execução 16,03 %, apontando para uma execução anual de 64,12%

Execução da Despesa a 31 de março:

DESPESA	Previsão Anual	Comprometida	Paga	Tx real
Correntes	6.334.584,96	2.465.775,82	1.144.026,01	18,06
Capital	5.934.095,90	2.937.881,27	667.469,27	11,25
Total	12.268.680,86	5.303.657,09	1.811.495,28	14,77

O orçamento da despesa apresenta um grau de execução de 14,77 %, apontando para uma execução anual de 59,08%

Prazo Médio de Pagamentos (PMP):

Nos termos do n.º 20 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro, compete à Direcção-Geral das Autarquias Locais publicar na sua página electrónica na Internet, até ao final do mês de Abril, o prazo médio de pagamentos registado por cada município no final do 4.º trimestre do ano anterior, por ordem decrescente.

A fórmula de cálculo do PMP consubstanciou-se no indicador definido nos termos do n.º 4 do Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de Abril.

Data	30-09-2010	31-12-2010	31-03-2011	30-06-2011	30-09-2011	31-12-2011
Prazo médio de pagamento - evolução	340 dias	86 dias	64 dias	33 dias	22 dias	65 dias

Os valores apresentados e no que concerne o PMP, são os validados e controlados pela DGAL.

**Fluxos de Caixa**

A 31 de março de 2012

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo do dia anterior	40.6229,22	Despesas Orçamentais	11.811.49528
Receitas Orçamentais	1.966.136,25	Correntes	1.144.026,01
		Capital	667.469,27
Correntes	1.060.253,30	Total Cabimentado	6.213.534,26
Capital	905.882,95	Total de Compromissos	5.303.657,09
Outras	0	Total Liquidado	1.911.578,62
Receita Eventual	1.961.961,30	Total Pago	1.811.495,28
Receita Virtual	4.174,95	Saldo para o dia seguinte	195.270,19
Total	2.006.765,47	Total	2.006.765,47

Despesas com pessoal:

Controlo efectuado pela DGAL, a 31 de março de 2012:

Despesas com pessoal	Final do período do ano de 2011	Final do período do ano de 2012	Comparação
Despesas com pessoal (total do agrupamento 01)	600.430,00	598.760,00	-1.670,00
TOTAL	600.430,00	598.760,00	-1.670,00

Verifica-se uma redução de 1.670,00 €, em comparação com o período homólogo do ano anterior.

Pessoal ao Serviço – evolução

	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011	31-03-2012
Pessoal ao Serviço	164	160	158	154

Em análise ao mapa apresentado, verifica-se uma redução de 10 colaboradores desde Dezembro de 2009 até ao presente. A que referir que destes 154 colaboradores, 14 são afectos a área da educação.



ENDIVIDAMENTO DO MUNICÍPIO

De acordo com a lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro), “O montante do endividamento líquido total de cada Município não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do Município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior.”

Conforme estipula o n.º 4 do artigo 5.º da LFL, a violação desse limite em cada exercício implica a redução dos fundos municipais a processar no ano seguinte, a favor do Fundo de Regularização Municipal criado nos termos do artigo 42.º da LFL, em montante igual ao do excesso de endividamento apurado relativamente ao limite fixado para o mesmo ano. Nos termos do n.º 2 do artigo 37.º da LFL, o município encontra-se ainda obrigado a reduzir, em cada ano subsequente, pelo menos 10% do montante que excede o seu limite de endividamento líquido, até que aquele limite seja cumprido.

Previsão do Endividamento Líquido e de médio e longo prazo da autarquia (31-12-2011):

Calculo pelo método antigo:

Apurado em 01-01-2011		Apurado em 31-12-2011	
Líquido	MLP	Líquido	MLP
5.658.236,45	7.830.251,82	6.625.196,87 €	7.400.523,58 €

Há que referir que nos termos do art. 53 do OE de 2011, o endividamento apurado a 31 de Dezembro de 2011, deve ser:

Em 31 de Dezembro de 2011, o **valor do endividamento líquido**, calculado nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.º 22 -A/2007, de 29 de Junho, 67 -A/2007, de 31 de Dezembro, e 3 -B/2010, de 28 de Abril, de cada município **não pode exceder o que existia em 30 de Setembro de 2010**.

No entanto a Lei n.º 60-A/2011, de 30/11, que procede a segunda alteração a lei do orçamento do estado para 2011, aprovada pela lei n.º 55-A/2010, de 31/12, vem alterar o art.º 53º da lei 55-A/2010, que agora passa a ter a seguinte redacção: “1 - **Em 31 de Dezembro de 2011, o valor do endividamento líquido, calculado nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.os 22-A/2007, de 29 de Junho, 66-A/2007, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, de cada município não pode exceder o que existia em 31 de Dezembro de 2010.**”

Assim:

Limites para 2011		APURADO EM 31-12-2011		EXCESSO/MARGEM	
Líquido (5=(1-(2*10%))	MLP (6=(2-(4*10%))	Líquido	MLP	Líquido	MLP
12.951.146,40 €	13.334.213,80 €	14.619.246,74€	13.795.763,48€	1.668.100,34 €	461.549,68 €

Como se pode verificar pelo mapa apresentado, esta alteração legislativa, e no que se refere ao endividamento líquido e de médio e longo prazo, vem beneficiar claramente o Município, principalmente nos limites de endividamento de médio e longo prazo. Passando assim, a apresentar um excesso de endividamento líquido de 1.668.100,34 € e apenas um excesso de 461.549,68 € para o endividamento de médio e longo prazos.



Evolução da dívida de médio e longo prazo a 31-12-2011:

Designação	2010	Dezembro de 2011	Março de 2012	Ev.
Empréstimos CMAF	17.933.585,86	17.266.774,48	17.135.293,18	↓
Loações Financeiras	24.798,76	00,00	00	↓
Total	17.958.384,62	17.321.374,13	17.135.293,18	↓

Como se pode verificar pelo mapa apresentado acima, as dívidas de médio e longo prazo, apresentam uma redução de 823.091,44 euros, em comparação com dezembro de 2010.

Contenção de custos – Comunicações:

Nome da entidade fornecedora	Valor Total 2009	Valor Total 2010	Valor Total 2011		Previsão 2012	
			Total Facturado	Total 2011 (Descontando as notas de crédito da PT)	Valor Previsto	Observações
PT Comunicações, S.A.	26.938,33 €	22.761,00 €	25.296,00 €	15.490,46 €	16.000,00 €	Valor igual ao de 2011
Vodafone - Telecel	29.266,05 €	26.679,00 €	25.232,00 €	25.232,00 €	19.200,00 €	Actualmente rondam os 1.600 €/mes x 12 = 19.200 € Já não existem bandas largas que ainda haviam em 2011
TMN-(Office Box)	3.554,32 €	2.355,00 €	3.493,00 €	3.493,00 €	3.500,00 €	Vai estar disponível para renegociar (Chamadas ilimitadas para a PT) Aproximadamente 310 € por Mês
CTT / Outros	10.762,00 €	11.378,00 €	7.589,00 €	7.589,00 €	7.600,00 €	Valor igual ao de 2011
Total...	70.520,70 €	63.173,00 €	61.610,00 €	51.804,46 €	46.300,00 €	

Como se pode verificar pelo mapa apresentado, as medidas de controlo e contenção de custos aplicadas as comunicações, surtiram efeitos, apresentando desde 2009 a 2011, um significativa redução dos mesmos. Apresenta-se ainda, a previsão de custos para o ano de 2012, no que se refere as comunicações, dando continuidade a implementação de medidas que nos permitam garantir a redução deste e outros custos correntes.

Cortes nas transferências do OE:

	2010	2011	2012
Fundo de Equilíbrio Financeiro - Corrente	3.564.295,00	3.254.638,00	3.087.433,00
Fundo de Equilíbrio Financeiro - Capital	2.376.196,00	2.169.788,00	2.058.288,00
Participação Fixa no IRS	00,00	75.566,00	81.754,00
Fundo Social Municipal	85.093,00	77.702,00	73.709,00
TOTAL	6.027.594,00	5.579.705,00	5.303.196,00

Como se pode verificar pelos quadros apresentado, os cortes nas transferências do Orçamento do Estado para o Município, tem sido brutais, mais de 900.000,00 euros.



Todos estes constrangimentos, tem potenciado o desequilíbrio das contas do município e dificultado ainda mais o trabalho e os investimentos que pretendemos realizar, para bem servir os nossos munícipes.

ANO	Transferências do Estado - Fundos Municipais	Transferências do Estado - outras (FSM)	TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS OE	Redução fase a 2010 OE inicial	Dedução nas transferências para SNS	Redução desde Janeiro de 2010 (redução nas transferências e deduções para SNS)
2012	5.145.721,00 €	73.709,00 €	5.219.430,00 €	-806.154,00 €	39.171,00 €	933.402,00 €
2011	5.424.471,00 €	77.702,00 €	5.502.173,00 €	-523.411,00 €	39.171,00 €	
2010 PEC 3	5.712.740,00 €	81.831,00 €	5.794.571,00 €	-231.013,00 €	48.906,00 €	
2010 OE inicial	5.940.491,00 €	85.093,00 €	6.025.584,00 €			

O mapa seguinte apresenta a evolução das receitas do orçamento de estado, do Governo central e do poder local de 2002 a 2012:

Receitas dos Orçamentos de Estado 2002 - 2012 gastas pelo Governo e pelo Poder Local (308 Municípios e 4259 Freguesias)										
ANO	GOVERNO		AUTARQUIAS						Totais das Receitas do OE gastas pelo Governo e Autarquias	
	Receitas do OE gastas pelo Governo		Receitas do OE gastas pelo Municípios		Receitas do OE gastas pelas Freguesias		Receitas do OE gastas pelos Municípios e Freguesias		Receitas do OE gastas pelo Governo e Autarquias	
	(Milhões €)	%	(Milhões €)	%	(Milhões €)	%	(Milhões €)	%	(Milhões €)	%
2002	44.926	95,24	2.073	4,39	170	0,36	2.243	4,76	47.169	100
2003	60.845	96,32	2.148	3,40	176	0,28	2.324	3,68	63.169	100
2004	76.346	96,91	2.251	2,86	184	0,23	2.435	3,09	78.781	100
2005	80.674	97,01	2.298	2,76	189	0,23	2.487	2,99	83.161	100
2006	87.292	97,23	2.298	2,56	193	0,21	2.491	2,77	89.783	100
2007	94.748	97,44	2.298	2,36	193	0,20	2.491	2,56	97.239	100
2008	119.340	97,86	2.406	1,97	198	0,16	2.604	2,14	121.944	100
2009	158.607	98,31	2.513	1,56	208	0,13	2.721	1,69	161.328	100
2010	150.674	98,15	2.625	1,71	211	0,14	2.836	1,85	153.510	100
2011	175.222	98,54	2.397	1,35	193	0,11	2.590	1,46	177.812	100
2012	186.013	98,69	2.284	1,21	184	0,10	2.468	1,31	188.481	100
TOTAIS	1.234.687	97,81	25.591	2,03	2.099	0,17	27.690	2,19	1.262.377	100

Fonte: Orçamento de Estado

Afetação do Fundo Social Municipal

O Fundo Social Municipal (FSM) constitui uma transferência financeira do Orçamento do Estado consignada ao financiamento de despesas relativas a atribuições e competências dos municípios associadas a funções sociais, nomeadamente na educação, na saúde ou na acção social (n.º 1 do artigo 24.º da LFL).

Em 2011, o montante do Fundo Social Municipal destinava-se exclusivamente ao financiamento de competências exercidas pelos municípios no domínio da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, a distribuir de acordo com os indicadores identificados na alínea a) do n.º 1 do artigo 28.º da LFL/2007.



Conforme informação reportada trimestralmente para a DGAL referente ao Fundo Social Municipal (Despesas e Receitas), os valores aferidos e validados pela DGAL são os que se apresentam no mapa seguinte (mapa retirado do Portal Autárquico -DGAL):

Verbas atribuídas FSM no OE de 2011	Total das despesas elegíveis FSM em 2011	Percentagem justificada até 31 de Dezembro de 2011
77.702,00 €	272.030,00 €	350,09 %

A receita do Orçamento de Estado, no valor de 77.702,00 euros, não comportou os encargos que a Câmara Municipal teve com despesas de educação em 2011.

Como se pode verificar pelo quadro anterior, em 2011, para uma despesa elegível com educação no total de € 272.030,00, foi comparticipada pela receita do Orçamento de Estado - FSM por apenas € 77.702,00, pelo que o município ainda teve que cobrir com receitas próprias o total de € 194.328,00, para suportar as despesas com educação.

Evolução das transferências do Fundo Social Municipal

Verbas atribuídas FSM no OE de 2011	2012	2011	2010	2009
Verbas atribuídas FSM no OE	73.709,00 €	77.702,00 €	81.831,00 €	85.632,00 €

Como se pode verificar pelo quadro anterior, também as transferências efetuadas referentes ao fundo social municipal, têm vindo a sofrer cortes por parte do Estado, desde 2009 verifica-se uma redução de cerca de 12 mil euros

Comparação de custos e proveitos dos dois anos lectivos:

Ano lectivo 2009-2010		Ano lectivo 2010-2011		Varição
Actividades de Enriquecimento Curricular		Actividades de Enriquecimento Curricular		
Custos do Município	47.628,41 €	Custos do Município	39.000,00 €	-8.628,41 €
Refeições escolares - 1º ciclo		Refeições escolares - 1º ciclo		
Custos do Município	101.642,55 €	Custos do Município	36.610,22 €	-65.032,33 €
Auxiliares de Acção educativa (Pré-escolar)		Auxiliares de Acção educativa (Pré-escolar)		
Custos do Município	24.827,95 €	Custos do Município	24.130,68 €	-697,27 €
Componente social (AAE e Refeições Pre)		Componente social (AAE e Refeições Pre)		
Custos do Município	79.975,59 €	Custos do Município	57.275,34 €	-22.700,25 €
Transportes Escolares		Transportes Escolares		
Custos do Município	198.603,25 €	Custos do Município	180.606,14 €	-17.997,11 €
Manuais Escolares		Manuais Escolares		
Custos do Município	34.718,68 €	Custos do Município	23.708,88 €	-11.009,80 €
Auxiliares Polo Escolar		Auxiliares Polo Escolar		
Custos do Município	71.192,96 €	Custos do Município	79.614,47 €	8.421,51 €
DESPESA	558.589,39 €	DESPESA	440.945,73 €	-117.643,66 €
RECEITA	240.421,59 €	RECEITA	236.159,51 €	-4.262,08 €
DEFICE	318.167,80 €	DEFICE	204.786,22 €	-113.381,58 €



No ano de 2010/2011 já foram tomadas diversas medidas para reduzir estas despesas com a educação, nomeadamente alimentação e transportes, que estavam a ser um peso muito grande no orçamento municipal, Apesar desta poupança os encargos com a educação são um peso muito grande nas contas da autarquia, uma vez que o Estado passou competências mas não passou os recursos suficientes para cobrir os custos. No próximo ano teremos de continuar a tomar medidas para diminuir estes custos salvaguardando o apoio aos alunos e família mais carenciadas.

Empresas municipais e dívida consolidada:

As empresas municipais EDEAF e ALFANDEGATUR desde o início da sua actividade sempre deram prejuízos.

Além da cobertura de prejuízos o Município, tem ainda que efectuar transferências ao abrigo de protocolos de apoio celebrados com as Empresas Municipais.

O quadro infra espelha as transferências para cobertura dos prejuízos, que por força da lei, é obrigada a fazer:

Entidade	2007	2008	2009	2010	2011
AIFANDEGATUR	365.746,23	457.546,60	260.189,58	339.992,03	211.704,29
EDEAF	296.329,40	274.275,82	157.788,98	289.383,61	157.528,66
TOTAL	662.075,63	731.822,42	417.978,56	629.375,64	369.232,95

Como podemos ver por estes resultados finalmente as medidas tomadas por este executivo em relação às empresas municipais estão a dar os seus frutos, reduzindo os prejuízos e as transferências do orçamento municipal para as mesmas. Para o ano esperamos não ter de fazer nenhuma cobertura de prejuízos.

O quadro seguinte espelha os encargos com empréstimos, leasing e factoring da EDEF:

	2010	2011	2012	2013	2014	2015 a 2017
Empréstimos	37.288,24	52.217,12	203.216,69	185.120,93	191.629,96	421.992,00
Leasings	81.226,56	45.059,08	9.158,48			
Factoring	27.665,51	114.534,97	21.346,02			
Total	146.180,32	211.811,17	233.721,19	185.120,93	191.629,96	421.992,00

O quadro seguinte espelha a evolução da dívida total das empresas municipais (dívidas a fornecedores e à Banca):

	2009	2010	2011	Varição
Alfandegatur	3.041.539,46€	2.637.580,57€	2.471.794,15€	-569.745,31€
Edeaf	917.378,61€	967.245,50€	822.314,22€	-95.064,40€
Total	3.958.918,08€	3.604.826,07€	3.294.108,37€	-664.809,71€

Como podemos ver conseguiu-se uma redução das dívidas das empresas municipais em 664.809,71 euros desde 2009.



O mapa seguintes demonstra os valores da dívida consolidada das empresas municipais e do Município, em dois

	ano 2009	ano 2010	ano 2011(sem alienação)	ano 2011 (Com alienação)	Variação s/alienação (2011-2010)	Variação c/alienação (2011-2010)
MUNICIPIO	18.649.716,79	19.162.441,07	19.109.371,87	19.865.762,05	-53.069,20	703.320,98
EDEAF	917.378,61	967.245,50	822.314,22	822.314,22	-144.931,28	-144.931,28
ALFANDEGATUR	3.041.539,00	2.637.580,00	2.471.794,15	0,00	-165.785,85	-2.637.580,00
TOTAL	22.608.634,40	22.767.266,57	22.403.480,24	20.688.076,27	-363.786,33	-2.079.190,30

cenários:

Cenário 1 -Valor total da dívida consolidada sem a alienação da empresa municipal “Alfandegatur” igual a €22.403.480,24.

Cenário 2 – Valor total da dívida consolidada com a alienação da empresa municipal “Alfandegatur” igual a €20.706.337,05.

Como se pode verificar pelo descrito no mapa anterior, é de todo benéfico para o município, concluir a alienação da empresa municipal “Alfandegatur”, embora essa alienação leve a um aumento da dívida do Município, por este ter que assumir parte da dívida que decorre do processo de concurso, na verdade a dívida consolidada verá com esta alienação um redução muito significativa do total da dívida consolidada do município e das empresas municipais.

Município de Alfândega da Fé, 19 de abril de 2012

A Presidente da Câmara Municipal

Berta Ferreira Milheiro Nunes

CV